

# Diário Oficial

## do Município de Mãe D'Água - PB

Instituído Pela Lei Nº 133, de 24 de abril de 1997

Mãe D'Água-PB, 14 de janeiro de 2026.		Contém 03 (três) páginas	
<b>Prefeito</b> Jucélio Pereira Moura		<b>Vice-Prefeito</b> Glauco Paulino Lustosa	
<b>Chefe de Gabinete</b> Ytapuam Nunes Lucena	<b>Procurador Geral do Município</b> Luciano de Figueiredo Sá	<b>Sec. de Administração</b> Gustavo Mendes da Silva Netto Káren Myrella Alves Monteiro	<b>Sec. de Agric. e M. Ambiente</b> Lindomar Oliveira dos Santos Jerry Adriano Mamede De Lucena
<b>Sec. de Assistência Social</b> João Paulo Trindade Ana Susana Soares da Rocha Cordeiro	<b>Sec. de Cultura e Turismo</b> Rosana Leão de Sousa Monteiro Alaneide de Oliveira Mota	<b>Secretaria de Educação</b> Edna Soares da Silva Gilmara Lucena dos Santos Soares	<b>Sec. de Finanças</b> Vilmária Alves de Oliveira Rodrigues Inácio Monteiro de Oliveira
<b>Sec. de Infraestrutura e Obras Públicas</b> Marcelo Alves Freire Nunes João Pedro Ferreira de Souza Marques	<b>Sec. de Planejamento Orçamento e Gestão</b> Vânia Maria Campos França Vanessa Monteiro Campos	<b>Sec. de Saúde</b> Adrielly Eugenia Pereira da Costa Joseane Ferreira Lustosa	<b>Tesouraria</b> Antônio da Costa Palmeira Neto
<b>Sec. De Serviços Públicos</b> Normando de Lucena Soares Luiz Nunes da Silva	<b>Sec. De Juventude, Esporte e Lazer</b> Ducelio da Silveira Hipólito Marcelo Márcio da Silveira Santana	<b>Sec. De Comunicação e Publicidade Institucional</b> Damião de Lucena Lima	

### ATOS DO PODER EXECUTIVO

#### DECRETO MUNICIPAL nº 012 /2026

*DECRETA SITUAÇÃO ANORMAL  
CARACTERIZADA DE EMERGÊNCIA NA ZONA  
RURAL DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA/PB E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MÃE D'ÁGUA**, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município, em especial o disposto no seu art. 60, inciso V e,

**CONSIDERANDO** que inexistente sistema de abastecimento regular e perene para a população da zona rural, sendo a captação das águas de chuvas por meio de pequenos açudes, barreiros, cisternas ou outros instrumentos naturais os únicos meios de armazenamento de água para o consumo humano;

**CONSIDERANDO** que apesar das precipitações pluviométricas registradas até o momento, o volume de água armazenado nos pequenos reservatórios são insuficientes para o consumo humano durante todo o período do ano a perceber que haverá exaurimento hídrico e assim afetar consideravelmente o consumo em condições adequadas para a sobrevivência humana;

**CONSIDERANDO** que a região do semiárido é caracterizada pela inconstância nos registros de chuvas e da plena

irregularidade nas precipitações ocorridas, já que em determinado período existe uma concentração forte de chuvas e após tem intervalo com ausência absoluta e esta característica da condição natural torna imprevisível um cenário seguro de controle de armazenamento de água potável;

**CONSIDERANDO** que os mananciais existentes não armazenam água potável suficiente para o consumo humano por todo o ano a reclamar a adoção de providências do Poder Público;

**CONSIDERANDO** que a interrupção do reconhecimento de situação de emergência para viabilizar o abastecimento de água pelo programa fiscalizado pelo Exército pode sofrer solução de continuidade e assim dificultar o reingresso do município no aludido programa em situação temporal vindoura a demonstrar insegurança administrativa;

**CONSIDERANDO** que a administração municipal deve adotar todos os meios legais para viabilizar a permanência das pessoas que queiram viver nas comunidades rurícolas como forma de mitigar o êxodo rural como meio de política pública e, para tanto, assegurar o acesso à água minimamente potável por meio do abastecimento de carros pipas é uma condição mínima a ser executada pela Prefeitura;

**CONSIDERANDO** que a escassez de água no Município de Mãe D'Água/PB, mais especificamente na zona rural, devido à falta do fornecimento de água potável encanada, e que tal situação tem gerado prejuízos importantes e significativos às atividades cidadão que moram na zona rural do município;



**CONSIDERANDO** que é obrigação do Poder Público prover o atendimento da sociedade no tocante à complementação do abastecimento da água potável e que é de competência do Poder Público restabelecer a situação de normalidade, preservar o bem-estar da população, assim como, adotar as medidas necessárias para minimizar os efeitos advindos da falta de água potável encanada.

**CONSIDERANDO** o Parecer Técnico nº 001/2026, assinado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, em consonância com Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, que conclui como situação anormal caracterizada como situação de emergência por estiagem (COBRADE 1.4.1.1.0) no Município de Mãe D'Água/PB;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica decretada situação anormal caracterizada como SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, **exclusivamente no perímetro rural**, afetada pela falta de água potável encanada no município de Mãe D'Água/PB (COBRADE 1.4.1.1.0).

**§1º** - Esta situação de anormalidade é válida para a área do município, comprovadamente afetada pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo formulário de Informação de desastre (FIDE), e pelo croqui das áreas afetadas, do município, conforme Parecer Técnico nº 001/2026, assinado pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC, em consonância com a Portaria MDR nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, do Governo Federal.

**§2º** - O Decreto será utilizado exclusivamente para a contratação de carros pipa para o abastecimento de água potável.

**Art. 2º** Fica autorizada a convocação de voluntários para reforço das ações de respostas ao desastre natural vivida, neste município, juntamente com todos os órgãos municipais, para atuarem sob a coordenação do Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao combate da falta de água potável encanada na zona rural do município.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Extraordinário para fazer face à situação disposta no art. 1º.

**Art. 4º** Em consonância com o art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, ante a urgência da situação vigente, ficam dispensados de licitações, os contratos de aquisições de bens e serviços necessários às atividades de resposta exclusivamente ao desastre disposto no art. 1º, como locação de máquinas e equipamentos, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação do cenário do desastre, conforme disposto no art. 1º deste Decreto, desde que possam ser concluídas no prazo estabelecido em lei.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Publique-se no Jornal Oficial do Município, divulgue em outros meios de comunicação e dê-se ciência.

Mãe D'água-PB, 14 de janeiro de 2026.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**LICITAÇÃO**

**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA**  
**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**  
**CONTRATO Nº 01.003/2025**  
**CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA**  
**CONTRATADO: JANUSA SOTERO CONTABILIDADE**  
**PUBLICA E CONTROLE LTDA - SOTERO CONTABILIDADE,**  
inscrito no CNPJ nº 53.024.965/0001-80.



1.1.**OBJETO:** Constitui objeto deste aditivo alteração da Cláusula Sexta, com a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 06 de janeiro de 2026 e encerrando-se em 06 de janeiro de 2027;

1.2. Visa acrescer à Clausula segunda o valor de R\$ 437,08 (quatrocentos e trinta e sete reais e oito centavos) de modo que o valor mensal do contrato passe a ser de R\$ 10.237,08 (dez mil, duzentos e trinta e sete reais e oito centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 122.844,96 (cento e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos), com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do índice IPCA/IBGE, correspondente a 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), aplicado para o reajuste.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** faculta o Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, com previsão na cláusula sexta do contrato e art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsão da Cláusula Décima Segunda do contrato.

**DATA ASSINATURA:** 06 de janeiro de 2026.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

#### ESTADO DA PARAÍBA

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

#### CONTRATO Nº 01.005/2025

**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA

**CONTRATADO:** FRANCISCO DE ASSIS REMIGIO II

SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrito no CNPJ Nº 40.983.860/0001-07

**OBJETO:** 1.1 Constitui objeto deste aditivo alteração da Cláusula Sexta, com a prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses, iniciando-se em 06 de janeiro de 2026 e encerrando-se em 06 de janeiro de 2027;

1.2 Visa acrescer à Clausula segunda o valor de R\$ 356,80 (trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos) de modo que o valor mensal do contrato passe a ser de R\$ 8.356,80 (oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), perfazendo o valor anual de R\$ 100.281,60

(cem mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta centavos, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do índice IPCA/IBGE, correspondente a 4,46% (quatro vírgula quarenta e seis por cento), aplicado para o reajuste.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** faculta o Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, com previsão na cláusula sexta do contrato e art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e conforme previsão da Cláusula Décima Segunda do contrato.

**DATA ASSINATURA:** 06 de janeiro de 2026.

**JUCÉLIO PEREIRA MOURA**  
Prefeito Constitucional

**GOVERNO MUNICIPAL**  
**PREFEITO JUCELIO PEREIRA MOURA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÃE D'ÁGUA – PB  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ FURTADO DE FIGUEIREDO, 48 - CENTRO.  
CEP: 58.740-000 – MÃE D'ÁGUA-PB FONE: (83) 3428-1000  
WWW.MAEDAGUA.PB.GOV.BR